

A conversão será feita sem os ^{Dinda GTH}bonus

O governo vai eliminar a regra de conversão da dívida externa em investimento direto no País a exigência de adesão à aquisição de bônus brasileiros, conforme anunciou o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira, da Nóbrega, no programa Crítica & Autocrítica, da Gazeta Mercantil, no último domingo. Segundo o ministro, essa "simplificação" do processo de conversão já foi discutida com o presidente José Sarney e com o presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, e será aprovada na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), a se realizar na última semana deste mês. Essa modificação será efetuada de modo simples: basta eliminar o artigo que vincula a conversão à aquisição de bônus brasileiros, deixando que o investidor interessado faça sua proposta diretamente ao Banco Central.

Nóbrega ponderou que em alguns casos o investidor estrangeiro terá de se submeter a um leilão, para que o País possa absorver

parte do desconto que o investidor receber quando comprar a dívida junto ao banco credor. Ele adiantou também que a questão da expansão monetária interna originada pela conversão do investimento em cruzados pode ser administrada na medida que o País tem condições de absorver, sem problemas no controle monetário, cerca de US\$ 2 bilhões anuais. Se o processo da conversão vier a superar essa quantia a cada ano, o Banco Central pode retardar ou mesmo deter as autorizações, deixando-as para o ano seguinte.

Outra maneira de obter recursos externos também está em curso. Nóbrega disse que continuarão as negociações com o Japão, para obter parcela dos fundos que esse país prometeu aos endividados. Ele informou que vários projetos já estão selecionados para serem levados ao governo japonês, todos na área de infra-estrutura — energia elétrica, construção civil, estradas — para ampliação da oferta de infra-estrutura capaz de dar sustentação

aos investimentos do setor privado. Nóbrega assinou que entre esses projetos já selecionados consta também um grande programa de irrigação no Nordeste.

O acesso a possíveis recursos japoneses e a financiamentos das agências oficiais e de recursos do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) justificaria um acordo em curso com a instituição. Segundo o ministro da Fazenda, é possível encaminhar um acordo com o FMI a partir do momento em que houver algum avanço nas negociações com os bancos privados credores do País.

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, voltou ontem a condenar, em Brasília, a política do FMI. Ontem, Ulysses recebeu a visita do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, mas disse não ter conversado com ele sobre dívida ou FMI. Mas observou a jornalistas que o FMI tem sido danoso para os endividados do Terceiro Mundo, especialmente o Brasil, informou a Agência Globo.